

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL – UM ESTUDO DE CASO

Elayne Beatriz de Farias Carneiro¹
Emanuelle Custódio Sousa de Carvalho²

RESUMO

O trabalho apresenta análises do Estágio Supervisionado em Educação Infantil, realizado pela Universidade Federal de Campina Grande. Acompanhamos a dinâmica de uma creche municipal no município de Campina Grande-PB que oferece a etapa de Educação Infantil. Visamos compreender os processos de inclusão da criança com TEA no cotidiano escolar, verificando a relação criança/professora/apoio pedagógico, considerando a mediação nas vivências propostas pela professora da sala regular, identificando se há presença de atividades adaptadas no contexto educacional que tenham a finalidade de promover e acompanhar o processo de desenvolvimento da criança com TEA e ainda, refletir sobre o papel do profissional de apoio escolar na mediação com as atividades propostas pela professora. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizamos como instrumento de coleta de dados entrevistas com os profissionais, observação da creche campo e registros da dinâmica escolar, enquanto dialogamos com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, o projeto político pedagógico da creche e os Direitos da Pessoa com Deficiência. A partir dos levantamentos bibliográficos identificamos três desafios da Educação Inclusiva na Educação Infantil que impedem a garantia de acesso à educação das crianças em situação de deficiência: 1. A escola regular não é inclusiva sendo imprescindíveis modificações em sua dinâmica, oportunizando experiências significativas que possibilitem às crianças acesso e permanência nos níveis mais elevados de escolarização; 2. O profissional de apoio pedagógico não tem função e atribuições claras, tornando sua presença cada vez mais frequente e conflituosa nos contextos escolares; e 3. O apoio escolar é visto como “professor” da criança, todavia sua atuação deve ocorrer de forma articulada com os professores da sala regular e da sala de recursos multifuncionais. Por fim, conhecemos os princípios que regem essa dinâmica e sua regulamentação no município de Campina Grande, apresentando um recorte da realidade da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil, Transtorno do Espectro Autista, Educação Especial, Políticas inclusivas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta análises realizadas no Estágio Supervisionado em Educação Infantil que oportunizou às graduandas acompanhar a prática pedagógica das professoras de uma instituição escolar que oferece a etapa de Educação Infantil. O estágio visa contribuir, por meio da articulação entre a teoria e a prática, fundamentada na pesquisa científica, com a reflexão das práticas e dos principais desafios enfrentados pelas instituições públicas de educação básica.

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, ellaynefarias@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do PET-Pedagogia, emanuellecavalhos3@gmail.com;

Objetivando investigar a dinâmica de sala de aula, consideramos a interação entre as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com a professora da sala regular, o profissional de apoio escolar e as demais crianças da sala, a partir das atividades planejadas e direcionadas a uma turma de Pré I da Educação Infantil em uma creche municipal de Campina Grande- PB. Buscamos registrar a dinâmica (rotina) de sala e da instituição; observar o processo de inclusão da criança com TEA no cotidiano escolar; verificar a relação criança/professora, considerando a mediação nas vivências e equidade na sala de aula; refletir sobre o papel do profissional de apoio escolar na mediação com as atividades propostas pela professora da sala regular; identificar a presença de atividades adaptadas no contexto educacional que tenham a finalidade de promover e acompanhar o processo de desenvolvimento da criança com TEA.

Acompanhamos a dinâmica da creche municipal de Campina Grande que oferece a Educação Infantil para crianças de 0 a 6 anos, com o intuito de compreender o funcionamento da rotina e trabalho de instituições de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, mediante a observações referentes ao trabalho da equipe escolar, como também através da vivência, fazendo análises e reflexões sobre a educação, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais e ainda se atentando para a elaboração, implementação, execução e acompanhamento. O estágio foi desenvolvido por meio da observação da escola, com a caracterização de sua estrutura e recursos físicos, bem como da dinâmica de seu funcionamento e a realização de uma proposta de intervenção pedagógica (SALUSTIANO, 2006). Também, foram feitas entrevistas semiestruturadas com a professora da sala regular, profissional de apoio escolar e professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que se mostraram sujeitos importantes para o conhecimento da gestão nessa instituição de ensino, e analisados documentos legais e normativos do Ministério da Educação, e outros órgãos federais, da Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande e da própria escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil apresentam as propostas pedagógicas de Educação Infantil, enfatizando o dever de respeitar princípios éticos, políticos e estéticos. Os princípios éticos referem-se à manutenção “da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades” (BRASIL, 2010, p.16).

Observamos na instituição quais ações pedagógicas contribuem para a conservação desse princípio ético, quanto a criança em situação de deficiência, também enfocamos a análise acerca da relação entre os profissionais que atuam diretamente com as crianças em

situação de deficiência na creche campo, aqui considera-se as professoras da sala regular e o profissional de apoio escolar. No que tange aos princípios políticos que prevê a garantia “dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática” (BRASIL, p. 16, 2010) registramos quais as políticas públicas que garantem a inclusão dessas crianças na instituição. Por fim, os princípios Estéticos devem estar presentes nas propostas pedagógicas, visando o respeito “da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais” para tal análise propomos o trabalho com desenho, trazendo para a sala regular, propostas lúdicas de forma mediada apresentando para todas as crianças da turma, com o intuito de aproximar a criança em situação de deficiência das interações brincantes e vivências da sala regular.

METODOLOGIA

O presente trabalho Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen (1991), compreende os dados do fenômeno analisado a partir do ambiente natural, transcrevendo a partir dos instrumentos de pesquisa, que no caso são as informações de caráter exploratório estudados a partir dos instrumentos que utilizamos como coleta de dados entrevistas com os profissionais, observação da creche campo e registros da dinâmica escolar, enquanto dialogamos com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, o projeto político pedagógico da creche e os Direitos da Pessoa com Deficiência.

O estudo foi realizado no contexto de uma creche municipal em Campina Grande/PB, com objetivo de compreender os processos de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista no contexto escolar, observando a relação da criança e do professor, assim como do apoio pedagógico, considerando a interação em sala, como a mediação nas vivências propostas pela professora de sala regular, identificando através disso se há atividades adaptadas ao contexto educacional que tenham como finalidade promover e acompanhar o processo do desenvolvimento da criança com TEA e ainda, refletir sobre o papel do profissional de apoio escolar na mediação com atividades que a professora propõe para a turma.

Além do período de observação com a sala de aula, foi proposto ao fim dessa etapa uma intervenção na área de desenho, promovendo atividades dinâmicas e do interesse das crianças, como propostas de atividades inclusivas, para por fim, tornar possível estabelecer um diálogo entre os resultados obtidos e a base bibliográfica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Educação Inclusiva no Brasil

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi divulgada, no Brasil, em 2008 e, desde então, tem impactado na organização e no funcionamento dos serviços especializados para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, considerados o público alvo desta política. Em virtude disso, foi preconizado que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2008, p. 17).

Em setembro de 2010, o Ministério da Educação emitiu a Nota Técnica pela Secretaria de Educação Especial de nº 19/2010 que tratava dos profissionais de apoio para alunos em situação de deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas da rede pública e privada de ensino.

A nota técnica resolve que as escolas de educação regular, pública e privada, devem assegurar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, sendo assim:

A educação inclusiva requer uma redefinição conceitual e organizacional das políticas educacionais. Nesta perspectiva, o financiamento dos serviços de apoio aos alunos, público-alvo da educação especial, devem integrar os custos gerais com o desenvolvimento do ensino, sendo disponibilizados em qualquer nível, etapa ou modalidade de ensino, no âmbito da educação pública ou privada. Ressalta-se que os estabelecimentos de ensino deverão ofertar os recursos específicos necessários para garantir a igualdade de condições no processo educacional, cabendo-lhes a responsabilidade pelo provimento dos profissionais de apoio. Portanto, esta obrigação não deverá ser transferida às famílias dos estudantes público-alvo da educação especial, por meio da cobrança de taxas ou qualquer outra forma de repasse desta atribuição (BRASIL, 2010, p.03).

O serviço do profissional de apoio é necessário para promoção da acessibilidade do estudante, visando o atendimento das necessidades específicas, como acesso, comunicação, alimentação e higiene. Tal auxílio deve ser individualizado aos estudantes que não realizam tais atividades com independência, sendo assim está relacionado a condição de funcionalidade e a condição de deficiência (BRASIL, 2010).

No que tange às atividades educacionais pedagógicas, não é de responsabilidade do profissional de apoio desenvolver materiais ou atividades diferenciadas para o estudante, nem responsabilizar-se pelo seu ensino. A atuação deve ocorrer de forma articulada com os

professores da sala regular e da sala de recursos multifuncionais, bem como outros profissionais que atuem na educação especial no ambiente da escola.

Ainda sem função e atribuições bem definidas, sem perfil profissional específico e condições de trabalho desconhecidas, a figura desses [profissionais de apoio à educação inclusiva] PAIE, relativamente, recente nas políticas de escolarização, tem-se tornado cada vez mais frequente e conflituosa nos contextos escolares. [...] esse personagem pode constituir um apoio importante para viabilizar o processo de inclusão escolar de estudantes que requerem esse tipo de apoio, mas que pode ser também usado como mecanismo de barateamento e simplificação do sistema de apoio. (LOPEZ, 2018, p. 9).

A sala de Recursos Multifuncionais é um espaço montado com investimento do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais de 2010, esse ambiente é destinado para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), Barbosa (2022, p. 61) nos apresenta como a sala se estrutura:

[...] com equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos, que auxiliam na promoção da escolarização dos alunos, público-alvo da educação especial, eliminando barreiras que impedem a sua plena participação, com autonomia e independência, em ambiente educacional e social.

A proposta de uma educação inclusiva, de organizar a oferta de serviços de apoio ao ensino regular observando que “a concepção de deficiência não é associada à condição de doença, carência ou invalidez, que pressupõe a necessidade de cuidados clínicos, assistenciais ou de serviços especializados, em todas as atividades (BRASIL, 2010, p. 02)”, sendo assim, é necessário oportunizar desenvolvimento pessoal e social, considerando as especificidades e potencialidades de todos os estudantes sem restrição com base em diferenças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O profissional de apoio escolar na creche campo em Campina Grande

Tendo em vista as dinâmicas da sala de aula, incluindo as atividades propostas para o desenvolvimento das crianças, foi possível perceber que muitas vezes o tempo da criança não é respeitado pelo apoio ou pela professora, na aplicação de atividades e essas são apressadas constantemente tendo que apresentar resultados rápidos, caso contrário a professora envolve a turma para “ajudar” dando a resposta ou a solução para a atividade em questão. Também foi possível perceber que, algumas vezes, durante a aplicação de atividades práticas pedagógicas ou na hora de contar histórias, a professora não envolve as crianças em situação de deficiência, deixando-a se entreter com quaisquer distrações e brinquedos oferecidos a ela.

Ao ser questionada, a professora de sala relata o desejo em trabalhar atividades que dão enfoque às necessidades de cada criança, porém, devido a dificuldade de trabalhar dando suporte a tantas crianças ao mesmo tempo, acaba tornando o foco da atividade mais generalizado e as necessidades de terminar as atividades dentro do prazo. A professora acredita que se houvesse mais profissionais para contribuir com o processo ou se a turma fosse dividida em o trabalho aconteceria de modo mais efetivo. A grande quantidade de crianças na sala de aula é uma problemática enfrentada no cotidiano, o que dificulta o trabalho mais personalizado dirigido às crianças que têm necessidades de acompanhamento individual, sobrecarregando a professora da sala.

Segundo Barbosa (2020, p. 41), a necessidade de ajustes e melhorias quanto a distribuição da quantidade de crianças por sala e a presença de mais profissionais qualificados é urgente no município:

Em 2018, a rede municipal de ensino de Campina Grande contava com 1600 (mil e seiscentos) alunos com deficiência, reconhecidos através de laudos apresentados pelos responsáveis no ato da matrícula e declarados no censo escolar anual, como alunos das salas regulares e do atendimento especializado, frequentando as 50 salas de recursos da rede, recebendo o Atendimento Educacional Especializado, quer seja com o acompanhamento pedagógico individualizado de um profissional “cuidador”.

Esse dado, indica que em 2018 cada sala de AEE atendia em média 32 alunos, em 2023 esses dados triplicaram, segundo a gestão escolar. A creche campo, conta com 25 crianças matriculadas na instituição que são atendidas pelo AEE da creche, além de receberem crianças de outras instituições próximas que se dirigem a escola no contraturno para receber o atendimento, pois não há sala de Recursos Multifuncionais em todas as unidades escolares da rede.

Tendo em vista as situações ocorridas e o relato da professora, atenta-se ao fato de que segundo o artigo 4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, garante-se o direito à igualdade de oportunidade, sem nenhum tipo de discriminação, no sentido de que não haja distinções, restrições ou exclusões, que tenha propósito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento e exercício dos direitos e liberdades fundamentais, destacando também as adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2019). Portanto, cabe nessas situações mais tempo para que as tarefas sejam efetivadas de modo a respeitar os tempos diferentes existentes em uma sala de aula. Desse modo, se faz necessário, propor métodos e estratégias para incluir as crianças nas tarefas propostas para todas, sem distinções e sem estratégias para que a criança fique quieta sem atrapalhar o planejamento.

Caberá à Secretaria Municipal de Educação, com base tanto nas necessidades de cada Unidade Educacional do Sistema Municipal de Ensino, quanto na sala de aula em que houver

estudante com deficiência, garantir o profissional de apoio escolar para todos os estudantes com deficiência e ainda promover formações continuadas que favoreçam a atuação do Apoio Escolar; fortalecer o vínculo entre Família e Unidade Educacional, para que ocorra uma mediação satisfatória, por meio do Apoio Escolar, em todas as fases e etapas de ensino. A instituição de ensino observada cumpre essa disposição e no caso da sala de aula, as crianças contam com esse profissional presente no cotidiano.

Plano Municipal de Educação de Campina Grande, Lei Nº 6.050 de 22 de junho de 2015, em consonância com a política nacional reflete reivindicações de uma perspectiva de acolhimento das diferenças nas escolas comuns, visando a criação de Salas de Recursos e do AEE para os alunos com deficiência no ensino regular, na Meta 04 estabelece “a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”, com a intenção de “universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e ao atendimento educacional especializado” (CAMPINA GRANDE, 2015, p. 15).

Em abril de 2021, a rede municipal de Campina Grande publicou a Instrução Normativa nº 02/2021 (em vigor atualmente) que estabelece as atividades desenvolvidas pelo Apoio Escolar. Em seu artigo 7º estabelece que o apoio escolar deverá dentro do ambiente escolar tais atividades (CAMPINA GRANDE, 2021, p. 04-05):

II - Promover e viabilizar cuidados básicos nas Atividades de Vida Diária (AVD) e na prática cotidiana dos estudantes público-alvo da Educação Especial que dependem de cuidados específicos: [...] III - Perceber e compreender o desenvolvimento físico, psicossocial e pedagógico do estudante público-alvo da Educação Especial, respeitando suas especificidades e necessidades: [...] IV - Incentivar os estudantes a estarem em sala de aula e em outros ambientes educacionais, tais como: Sala de Leitura, Sala de Vídeo, Sala de Informática e Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF), evitando, assim, que permaneçam em espaços descontextualizados de suas necessidades pedagógicas. [...] XIII - Acompanhar pedagogicamente o trabalho do professor da sala regular, mediando as atividades adaptadas por ele para o estudante público-alvo da Educação Especial, de acordo com as habilidades e competências adquiridas, bem como as que objetivam promover, contribuindo, desta forma, com a garantia do direito à aprendizagem.

Para além dos muros das instituições, o profissional de apoio escolar no município de Campina Grande, deverá produzir relatórios descrevendo ações e mediações realizadas, enfatizando avanços e contribuições mediante sua atuação para gestão, equipe técnica, professores da sala regular e AEE e secretaria de Educação; elaborar portfólio apresentado as ações mais relevantes realizadas ao longo do ano; confeccionar recursos de Tecnologia Assistiva (TA), de modo a promover avanços na aprendizagem de forma significativa; além

de, participar dos planejamentos, das formações continuadas, das reuniões e das atividades culturais promovidas tanto pela Unidade Educacional quanto pela Secretaria de Educação (CAMPINA GRANDE, 2021).

Porém, ao que foi possível observar, esse profissional mal oferece apoio para mediar as atividades executadas na sala de aula, que são feitas de modo mais generalizado com toda a turma, esse profissional se limita a observar, ajudar a professora no controle da turma, assim como levar as crianças ao banheiro e observá-las no intervalo. Portanto, existe uma controvérsia quanto à atribuição da função desse profissional, que na rotina da escola, se posiciona como auxiliar de sala, não se envolvendo diretamente em auxiliar as crianças com deficiência nas atividades e negando auxílio em momentos de desequilíbrio emocional das crianças em situação de deficiência. É evidente a necessidade do auxílio do apoio escolar.

Os profissionais de Apoio Escolar da escola são prestadores de serviço, os critérios para contratação requer como escolaridade mínima Ensino Médio completo, a carga horária de trabalho é de 40 horas semanais e salário mínimo. Identificou-se que na escola campo, alguns profissionais de apoio eram responsáveis por mais de um estudante, essa ação está apoiada no artigo 5º da Instrução normativa 02/2021 (CAMPINA GRANDE, 2021, p. 04):

O Apoio Escolar deverá atender, por turno, até 3 estudantes com deficiência e dependência causada por ela, regularmente matriculados no mesmo ano/série, turma e turno de uma mesma Unidade Educacional, podendo atuar em outra Unidade no contraturno, mediante demanda.

Além disso, a Norma Técnica nº 19/2010 esclarece que não é atribuição do profissional de apoio pedagógico “desenvolver atividades educacionais diferenciadas, ao aluno público alvo da educação especial”. Todavia, em contraposição a essa resolução, a Instrução Normativa 02/2021 do município de Campina Grande determina, em seu Artigo 5º §2º, que cabe ao apoio escolar “confeccionar Tecnologias Assistivas (TA)” para os estudantes ao qual foram destinados. Além disso, “em caso de ausência dos estudantes com deficiência, cabe ao Apoio Escolar desenvolver outras atividades pedagógicas que venham ser atribuídas pela equipe gestora” (CAMPINA GRANDE, 2021, p. 15).

Portanto, tendo em vista que ainda de acordo com a SEDUC “a equipe gestora deve acompanhar e orientar o trabalho desenvolvido pelo Apoio Escolar, bem como, articular a participação deste no planejamento interno da Unidade”. Observa-se a necessidade de interferência também da equipe gestora nessa situação para contribuir com a relação do Apoio Escolar, na sala de aula em questão. E ainda, a necessidade do que alerta o artigo 3º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a adaptação razoável, modificações e ajustes

necessários para assegurar que cada pessoa com deficiência possa exercer sua igualdade de condições e oportunidade (BRASIL, 2019). Esse artigo não se refere apenas a adaptações de estruturas físicas, mas também dos métodos adotados para contribuir para o desenvolvimento das pessoas, para que essas sejam incluídas e possam igualmente dispor das mesmas oportunidades das demais pessoas.

Prática e intervenção na sala de aula

A prática aplicada na sala de aula, advém das observações que ao longo das participações nas atividades, observa-se a possibilidade de ser mais desafiante e igualitária, principalmente para as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Diante disso, procuramos atividades através de jogos e produções estéticas por parte das crianças que as professoras poderiam se inspirar. Cardoso, Sousa e Oliveira (2021) relatam a importância de direcionar a educação artística para as crianças com deficiência, principalmente com TEA, por não interferir nos métodos tradicionais, auxiliando as ações através da arte, contribuindo também para que as crianças se relacionem com o mundo físico e social, se expressando de forma afetiva, afetando positivamente a cognição e motricidade e também contribuindo para a percepção de sensações e a construção de sentido através da vivência.

A intervenção temática foi escolhida com base na necessidade de desenvolver atividades significativas na área artística, que fossem além de pintura de figuras impressas e também pela facilidade de mostrar a inclusão das crianças das crianças TEA, em atividades direcionadas para a aprendizagem por meio da experimentação, “versando especificamente sobre a temática da criança com TEA na primeira infância, acreditamos piamente nas possibilidades construtivas da Arte-Educação, como fator benéfico para o progresso interativo da criança” (CARDOSO, SOUSA & OLIVEIRA, 2021, p. 08).

Objetivou-se especificamente, promover alternativas para desenhar com o barbante colorido, pintura coletiva em um painel e ainda, a produção de desenhos com lápis de cor, para trabalhar o conceito da relação das cores de forma básica. A produção em volta das formas de desenhar, implica o que Albano (2021) enfatiza, uma tarefa que não depende de um dom ou talento, requer conhecimento e planejamento adequado e ainda não direcionando-a apenas a datas específicas a serem celebradas na escola ou ainda, para ocupar o tempo das crianças.

Na primeira etapa da intervenção, foi possível desenvolver uma atividade diferente através da ferramenta do barbante e com o intermédio direto, as crianças puderam desenvolver a atividade no tempo devido, desenvolvendo a atividade com mediação direta,

oferecendo o material a disposição, de modo que a criança fizessem suas próprias escolhas. A atividade também incluiu a prática das professoras, que foram orientadas a não sugerirem desenhos específicos, a fim de não limitar a criatividade das crianças, mas sim incentivar a imaginação e a expressão artística por meio de perguntas. Essa etapa da intervenção proporcionou às crianças a oportunidade de experimentar uma técnica de desenho diferente, estimulando sua criatividade, habilidades motoras e expressão artística. Além disso, as crianças com TEA puderam participar e desenvolver a atividade com tempo livre e com a devida intervenção das estagiárias.

Na segunda intervenção as crianças foram convidadas a fazer pinturas a dedo em um painel de cartolina, as crianças com TEA foram incluídas pela sala, os colegas chamavam para se juntar a tarefa. Esse segundo momento proporcionou a participação coletiva e incluindo a todas as crianças na tarefa, foi interessante observar o envolvimento no processo, discutindo suas escolhas e justificando suas preferências, sem que precise da professora para direcionamentos diretos e tomadas de decisões.

No terceiro momento da intervenção, o objetivo foi estimular a discussão sobre as cores aos alunos, o conceito de cores frias e quentes, desenhos foram produzidos utilizando lápis de cor. Nesse dia, uma das crianças ficou bastante agitada, pois queria ficar com acesso a todos os lápis integralmente, sem dividir, após explicar que todas as crianças queriam desenhar também, a criança cedeu. Essa atividade permitiu que as crianças explorassem o uso das cores em suas criações artísticas, utilizando não apenas o conhecimento ensinado, mas também, a melhor forma de lidar com colegas ao dialogar, abordando a importância de dividir e ter uma boa convivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados expostos pelo estudo e tendo em vista as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais. Podemos afirmar que a instituição de ensino, dentro de suas ações pedagógicas não contribuem para os princípios éticos, referente a práticas inclusivas, a relação entre os profissionais que atuam com a criança. Professores ou o profissional de apoio escolar, não contribuem para a inserção direta das crianças nas atividades propostas no cotidiano da sala e para um intermédio com a criança para que os objetivos sejam alcançados. O pleno desenvolvimento do sujeito, finalidade da Educação (BRASIL, 1996) é negligenciado quando não são criadas situações intencionais para o desenvolvimento da autonomia e estímulo ao respeito às singularidades de cada um.

No que tange os Princípios Estéticos previstos na DCNEI, percebe-se que as atividades que ocorrem em uma direção a escolarização, sem enfoque na sensibilidade e criatividade da criança. Por meio da proposta de intervenção foi possível provar, que todas as crianças têm condições, igualitárias, para produzir e se expressar através de atividades como desenhar e também, como essas práticas podem ser mediadas de modo efetivo e sensível, oportunizando o sentimento segurança e estímulo a criança, compreendo que nem sempre é necessário “facilitar” todo o processo, pois quando é permitido o desempenho integral da criança na realização das atividades ela poderá superar os desafios e desenvolver-se.

A garantia dos Princípios políticos foi um ponto controverso dentro da análise, pois identificamos a necessidade do apoio escolar ter uma formação na área educacional, pois lhe é imposto atribuições pedagógicas, mas para contratação desse profissional a escolaridade estabelecida é Nível Médio. Mesmo sabendo que a educação da criança e os processos nas atividades propostas, precisam ser acompanhados com o auxílio desse profissional, entende-se que esse precisa compreender tanto os processos do desenvolvimento da aprendizagem da criança quanto a dimensão da prática educativa. Além disso, as funções do apoio escolar não estão bem definidas na instituição, apesar de serem listadas na normativa (CAMPINA GRANDE, 2021), possibilitando que ocorra o desvio da função para auxiliar de turma.

Diante disso, se faz necessário atentar-se para as propostas que parecem ser inclusivas e adequadas para os desafios das crianças em situação de deficiência em sala, quando as “adaptações” podem estar excluindo as crianças e impedindo-as de desenvolver-se dentro de suas potencialidades, por serem propostas limitantes e facilitadas. Mendes (2006, p. 402) afirma ser “necessário que se faça uma pesquisa mais engajada nos problemas da realidade e que tenham implicações práticas e políticas mais claras”. Buscando assim denunciar e mudar a realidade da Educação a fim de garantir o direito à educação para todos.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Ana Angélica. **Infância, arte e produção cultural**. Estância Velha: Z Multi Editora, 2021. p. 17-32.

BARBOSA, V. M. S. **Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede municipal de ensino de Campina Grande/PB: uma análise a partir da política nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (2008-2018)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

BOGDAN, Robert. C; BIKLEN, Saari Knopp. Fundamentos da investigação qualitativa em educação: uma introdução. In: BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1991. p. 47-62.

BRASIL. **Nota técnica SEESP/GAB nº 19/2010.** Ministério da Educação, 08 de setembro de 2010, Brasília.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Ministério da Educação, 2010.

BRASIL, **Estatuto da Pessoa Com Deficiência.** Senado Federal, 2019.

BRASIL. **Lei Nº. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=Art.%201%C2%BA%20%C3%89%20institu%C3%ADda%20a,sua%20inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania. Acesso em: 22 ago. 2022

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2022.

CARDOSO, J.; SOUSA, N. M. F. R de; OLIVEIRA, F. P. Arte Educação, **Transtorno do Espectro Autista-TEA e possibilidades educacionais.** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 5, pág. e18810514842, 2021.

CAMPINA GRANDE. **Lei 6.050, de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação. Disponível em: http://pmcg.org.br/wpcontent/uploads/2015/07/Semanario_2.420-22-a-26-de-junho-de-2015.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

CAMPINA GRANDE. **Semanário Oficial Nº 2.499 – Campina Grande, 26 a 30 de dezembro de 2016.** Campina Grande: Secretaria de Administração, 2016. Disponível em: <https://pmcg.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Semanario-Oficial-2.499-26-a-30-de-dezembro-de-2016.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006

PARAÍBA. **Semanário Oficial de Campina Grande.** Edição Especial, 13 de abril de 2021.

SALUSTIANO, Dorivaldo Alves. **Nas entrelinhas da notícia:** jornal escolar como mediador do ensino-aprendizagem da língua materna. Tese para pós-doutorado em Educação- UFC. Fortaleza, 2006.